

ANÁLISE SOBRE O SANEAMENTO BÁSICO NO ESTADO DA BAHIA

Adriana Procópio Cerqueira¹; Gleice da Silva Aguiar¹
Autor para correspondência: adrianaanecerqueira23@gmail.com

¹Universidade Estadual de Feira de Santana

RESUMO

O presente trabalho demonstra como a ausência de saneamento básico interfere em piores condições na qualidade de vida da população. Nesse sentido, apresenta como o crescimento acelerado das cidades e as formações de áreas irregulares, são um obstáculo a ser enfrentado para efetividade do serviço no Estado da Bahia. Destacando assim, a necessidade de tratar o saneamento como uma política constitucional efetiva, a fim de despertar as pessoas e o poder público para seriedade no tratamento do tema a qual é assegurada por lei. Evidenciando as desigualdade existente no abastecimento de água tratada e na coleta de esgotos em áreas periféricas.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento humano; desigualdades; saneamento básico

INTRODUÇÃO

O crescimento acelerado das cidades aliados a falta de planejamento acarreta em inúmeros efeitos negativos para população tornando-se um desafio social e ambiental prioritário. Esta situação resulta na poluição dos corpos d'água, na deficiência nos sistemas de abastecimento, coleta, tratamento e drenagem pluvial, no acúmulo de resíduos sólidos e na poluição do ar. O mais evidente de todo esse crescimento desordenado é a produção de regiões com diferentes níveis de desigualdade, os quais geram problemas de infraestrutura nas regiões centrais e periféricas. Por isso, a criação de planos de desenvolvimento é imprescindível, com o fim de minimizar problemas como o processo de urbanização desordenada e assegurar o equilíbrio social com a utilização dos recursos naturais de forma harmoniosa e sustentável.

Previsto pela lei 11.445/2007 o Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB), tem como objetivo definir o planejamento de serviços como: abastecimento de água potável, coleta e tratamento de esgoto, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e drenagem e manejo das águas pluviais, e tem como propósito universalizar o acesso ao saneamento básico. Mas ainda que seja previsto em lei apenas 30% das cidades brasileiras possuem esse tipo de planejamento. A ausência dos PMSB compromete o recebimento do recurso que é destinado a esse fim, pois os investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) destinados aos municípios serão dispostos mediante a execução do plano. Como resultado esse número irá refletir no baixo investimento e consequentemente na falta de interesse em obras desse setor no país. Essa escolha política irá acarretar em piores condições de vida para população, em especial as classes mais carentes, gerando impactos sobre a saúde pública e sobre aspectos econômicos e sociais.

Englobar o serviço de saneamento como política pública é algo muito importante, mas é necessário que essa política seja eficiente e contemple todos os setores da sociedade para que traga resultados positivos para população concomitante com a melhora do bem estar social para o alcance do desenvolvimento. Nesse sentido o governo tem como prioridade as classes mais afetadas que estão concentradas nas áreas periféricas e rurais, onde há ainda um grande número de pessoas com precário ou nenhum abastecimento de água e serviço de esgotamento.

Outro fator importante a analisar nessa questão é das desigualdades existente no serviços de abastecimento e esgotamento sanitário. Esse desequilíbrios afetam diretamente e principalmente as classes mais pobres, intensificando ainda mais suas mazelas e aumentando os riscos de saúde, diminuindo a sua qualidade de vida. Por estes motivos um maior investimento e a melhoria na qualidade da infraestrutura e serviços sanitários do espaço urbano e rural é essencial para o desenvolvimento sócio-econômico-cultural desse povo.

OBJETIVOS DO TRABALHO

O objetivo do trabalho é discutir e investigar através de dados reais o impacto da ausência de saneamento básico no desenvolvimento dos indivíduos. Nesse sentido identificar os diferentes tipos de desigualdade existentes decorrente da ausência do serviço, além de analisar os efeitos do processo de urbanização desordenada e o porquê do baixo investimento público nesse setor.

MATERIAIS E MÉTODOS

A utilização de forma inadequada dos recursos hídricos é um problema em muitas regiões brasileiras, o que afeta a qualidade e disponibilidade de água a população agravando os problemas ambientais e sociais. Neste quadro se encaixa a Bahia, quem além de sofrer com a escassez hídrica apresenta um dos maiores déficits relacionado a abastecimento humano e esgotamento sanitário. Essa situação se torna um problema quando tomamos como parâmetros a qualidade de vida da população a qual está diretamente relacionada a condições de salubridade e a oferta de serviços básicos como saneamento.

Para caracterização do desenvolvimento na Bahia foi utilizado o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) disponibilizado pelo Radar IDHM que utiliza as informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE). Para análise das condições de saneamento no estado da Bahia foi utilizado o Diagnóstico de Água e Esgoto do SNIS 2016.

O recorte do estudo considerou entre os 417 municípios baianos aqueles que são atendidos pela prestadora regional a Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A (Embasa), sendo 365 municípios atendidos com abastecimento de água e 102 com esgotamento sanitário.

Os indicadores de água e esgoto utilizados do SNIS foram:

- IN015 - Índice de coleta de esgoto (percentual)
- IN016 - Índice de tratamento de esgoto (percentual)
- IN022 - Consumo médio per capita de água (l/hab./dia)
- IN023 - Índice de atendimento urbano de água (percentual)
- IN024 - Índice de atendimento urbano de esgoto referido aos municípios atendidos com água (percentual)
- IN049 - Índice de perdas na distribuição (percentual)
- IN051 - Índice de perdas por ligação (l/dia/lig.)
- IN055 - Índice de atendimento total de água (percentual)

As informações de água e esgoto utilizadas do SNIS foram:

- AG001 - População total atendida com abastecimento de água (habitantes)
- AG006 - Volume de água produzido (1.000 m³/ano)
- AG010 - Volume de água consumido (1.000 m³/ano)
- ES001 - População total atendida com esgotamento sanitário(habitantes)
- ES005 - Volume de esgotos coletado (1.000 m³/ano)
- ES006 - Volume de esgotos tratado (1.000 m³/ano)

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Bahia possui o maior déficit em saneamento da região nordeste e está na 6ª posição de pior IDH do Brasil, na dimensão educação cai ainda mais ocupando 5º lugar em pior desempenho no país, no entanto é o 8º maior PIB brasileiro. Esses dados revelam a forte concentração de renda presente no estado a qual tem refletido no direcionamento dos investimentos em vários setores como saúde, educação e bem estar, além dos setores de infraestrutura como o saneamento básico. O saneamento deve ser considerado um elemento de fundamental importância visto que sua manutenção irá melhorar as condições de salubridade e consequentemente a qualidade de vida, diminuindo fatores geradores de doenças e aumentando a produtividade individual do trabalhador.

Discutir e combater as desigualdades no Brasil tornou-se algo imprescindível, já que é um fator importante para assegurar o desenvolvimento social. E pensar em desenvolvimento nos leva a investigar o que ele significa em termos reais. Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) para aferir o avanço na qualidade de vida de uma população é necessário ir além do viés econômico e considerar três dimensões básicas: renda, saúde e educação. Variados fatores estão ligados a qualidade dessas dimensões, dentre eles o saneamento básico.

Tabela 1 - Índice de Desenvolvimento Humano - Comparativo Brasil - Bahia

Espacialidades	IDHM	IDHM Renda	IDHM Longevidade	IDHM Educação
Brasil	0,727	0,739	0,816	0,637
Bahia	0,66	0,663	0,783	0,555

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, Radar IDHM.

O Índice de Desenvolvimento Humano baiano encontra-se em uma posição abaixo da média brasileira em termos reais. Isto torna-se ainda mais evidente quando consideramos que O IDH não capta as desigualdades existentes no que se refere a abastecimento humano de água, pois na dimensão Longevidade que é a qual se aproxima mais da saúde nenhum indicador de serviços de saneamento básico são incorporados.

Considerando a própria composição da Bahia com mais de 400 municípios, garantir a efetividade desse serviço é um desafio ainda maior aumentando as distorções existentes no estado. Essa desigualdade irá refletir diretamente no acesso a níveis de abastecimento de água e esgotamento, principalmente em áreas mais periféricas. Isto é ainda mais agravante se avaliado as especificidades e particularidades da região que é carente em recursos hídricos, com períodos longos de seca que castigam a população diminuindo consideravelmente a oferta de água.

Tabela 2 - Indicadores Operacionais de Água e Esgoto, 2016

Estado	Ano	IN015 (%)	IN022 (l/hab./dia)	IN023(%)	IN024(%)	IN049(%)	IN051 (l/dia/lig.)	IN055 (%)
BA	2016	58,23	104,47	94,63	44,69	40,91	278,61	78,03

Fonte: Diagnóstico Água e Esgoto, SNIS, 2016.

Os dados do Snis demonstra que cerca de 95% da população urbana baiana tem acesso ao fornecimento de água, por outro lado, observamos que 41% do volume de água que abastece os municípios é perdida. Se por um lado o consumo médio per capita de água é aproximadamente 105 l/hab/dia que está dentro do mínimo recomendado pela Organização das Nações Unidas (ONU) de 110 l/hab/dia para atender as necessidades básicas, cada ligação perde em média 250 l/hab/dia, demonstrando o grave descuido com um recurso tão imprescindível e escasso e comprometendo o acesso a outros.

De acordo com o Instituto Trata Brasil a carência no saneamento no Brasil atinge a todos, no entanto os maiores impactos é em relação às famílias de baixa renda, principalmente por causa das áreas irregulares que é um fator que dificulta o abastecimento. Em um estudo eles demonstraram que das 100 maiores cidades brasileiras cerca de 90% dos esgotos irregulares não são coletados nem tratados.

Dessas discussões não pode ser isentas a carga histórica do fracasso e mal planejamento das cidades, causada pela urbanização acelerada vivida no pós industrialismo, o qual se agravou nas áreas onde havia maior desigualdade. Essas áreas são compostas pela população mais pobre de forma desordenada e densa, com carência de serviços públicos. Por esse motivo a vulnerabilidade social nesses locais se tornaram altas

gerando problemas de saúde pública. Uma possível solução para esse problema pode ser através do subsídio do governo para a universalização do acesso ao saneamento básico, para populações e localidades de baixa renda. O maior desafio atual é como o poder público deve administrar essa situação das áreas de irregulares.

Tabela 3 – Informações de Água e Esgoto, 2016

Estado	Ano de Referência	AG001 (Habitantes)	AG006 (Mil m ³ /ano)	AG010 (Mil m ³ /ano)	ES001 (Habitantes)	ES005 (Mil m ³ /ano)	ES006 (Mil m ³ /ano)
BA	2016	10.396.203	717.311,76	425.651,43	4.393.994	229.881,88	229.881,69

Fonte: Diagnóstico Água e Esgoto, SNIS, 2016.

Um levantamento feito pela Trata Brasil com base nos dados do SNIS 2014 mostra que mais da metade da população brasileira não tem esgoto coletado e cerca de 35 milhões não têm acesso a água tratada. Esse quadro exige que o saneamento seja tratado como um direito social para que assim seja estabelecidas políticas públicas eficientes. Este estudo pode ser corroborado com os dados atuais disponibilizados pelo Diagnóstico de Água e Esgoto, SNIS, 2016 que são autodeclarados pelas prestadoras de serviço de saneamento. Na Bahia dos mais de 15 milhões de habitantes, aproximadamente apenas 4,5 milhões têm acesso ao serviço de esgotamento sanitário, embora o que é coletado seja tratado, o que é bastante positivo, a ausência desse serviço agrava muito as condições de salubridade da população.

A falta da construção de uma política constitucional pode explicar a pouca atenção que é dada ao saneamento devido a ausência do benefício eleitoral que eles adquirem com obras públicas (Trata Brasil). Além do poder público, a sociedade civil, que em sua maioria desconhecem os prejuízos gerados pela falta do mesmo, criam uma situação de descaso com a saúde, doenças e poluição. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) comprova que o saneamento ainda continua deficiente no Brasil, sendo abandonado por sucessivos governos.

CONCLUSÃO

A carência no serviço de saneamento na Bahia é um sinal da falta de infraestrutura básica o que causa sérios danos a qualidade de vida do indivíduo, desde a saúde até questões socioeconômicas e culturais. Essas evidências demonstram que os déficits nesse setor tem um impacto muito grande no desenvolvimento humano. A raiz histórica no processo de urbanização baiano também traz diversos efeitos, e um deles são as áreas irregulares, onde se concentra o maior desafio com maior número de locais sem acesso ao serviço de saneamento é maior.

O poder público e a sociedade civil, os quais são agentes essenciais para mudar essa situação demonstra uma completa passividade em relação a esse tema. Nesse sentido a não priorização dos investimentos no setor por parte do governo também causa sérios problemas, dado que são obras de pouca visibilidade da população. Além do desconhecimento do que é e da importância do saneamento para qualidade de vida.

De acordo com a Agência Brasil (EBC) o Brasil possui 917 municípios em escassez hídrica, 211 estão na Bahia, essa escassez é decorrente das estiagens prolongadas, que causa prejuízos em atividades da agricultura, pecuária assim como o fornecimento de água potável. Diante desse problema a Empresa Baiana de Águas e Saneamento (EMBASA) considerado essas questões emergenciais tem bastantes desafios pela frente. Um desses, que está particularmente relacionado a questão da escassez, é o de desenvolver modelos de previsão climática mais assertivos e que dêem subsídios concretos a tomada de decisão pelos gestores de saneamento.

Desta forma, conclui-se que a precariedade dos serviços de saneamento tem um custo sócio-econômico-ambiental crescente e dominante principalmente nas áreas periféricas da Bahia, requerendo assim uma maior atenção do setor público e da população.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei Nº. 11.445, de 05 de Janeiro de 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111445.htm

BRASIL. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental. Ministério das Cidades. **Panorama dos Planos Municipais de Saneamento Básico do Brasil**: Edição: janeiro de 2017. Brasília: Interágua, 2017. Disponível em:

http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNSA/Arquivos_PDF/panorama_planos_municipais_de_saneamento_basico.pdf

Mário Jorge Cardoso de Mendonça. **SAÚDE E SANEAMENTO NO BRASIL**. Rio de Janeiro: Governo Federal, 2005. 24 p. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2079/1/TD_1081.pdf

MORAES, Luiz Roberto Santos et al. **POLÍTICA E PLANEJAMENTO DO SANEAMENTO BÁSICO NA BAHIA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA IMPLEMENTAÇÃO**. In: SEMINÁRIO, 1., 2015, Salvador. **Seminário**. Salvador: X, 2015. p. 1 - 41. Disponível em:

http://abesba.org.br/uploaded-files/cursos_e_eventos/Relatorio_Seminario_PPSBBA.pdf

PNUD; PINHEIRO, Fundação João; IPEA. **Radar IDHM**. 2016. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/radar-idhm/>. Acesso em: 24 nov. 2016.

SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES SOBRE SANEAMENTO - SNIS. Diagnóstico de Água e Esgoto. 2016.

TRATA BRASIL (Org.). Pesquisa Saneamento Básico em Áreas Irregulares – Relatório Brasil. São Paulo, 2016.

Trata Brasil: Saneamento é Saúde. Disponível em: <http://www.tratabrasil.org.br/blog/2017/01/12/desigualdade-social-tambem-e-retrato-da-falta-de-saneamento-basico/>

VELASCO, Clara. **Apenas 30 das cidades do Brasil têm planos municipais de saneamento**. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/apenas-30-das-cidades-do-brasil-tem-planos-municipais-de-saneamento.ghtml>